



Coronel Fabiano de Souza foi eleito por aclamação

BOMBEIROS MILITARES

Comandante de SC assume Conselho Nacional

O comandante geral do CBMSC (Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina), coronel Fabiano de Souza, foi eleito por aclamação, na terça-feira (3), presidente do Conselho Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil. O mandato tem duração de dois anos, com início previsto para abril.

A eleição ocorre em um ano emblemático para o CBMSC, que celebra seu centenário. A entidade reúne os corpos de bombeiros militares de todos os Estados, com a finalidade de fortalecer a integração institucional, promover cooperação técnica e aprimorar normas, procedimentos e estratégias relacionadas ao combate a incêndios, resgate, salvamento, prevenção e proteção civil em âmbito nacional.

O presidente atual é o coronel Washington Luiz Vaz Júnior, comandante geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás, que encerra o mandato à frente do conselho.

RECONHECIMENTO

O coronel Fabiano agradeceu a confiança dos comandantes e destacou o compromisso com o fortalecimento institucional. “Recebo essa missão com profundo senso de responsabilidade. A presidência representa não apenas o reconhecimento ao trabalho desenvolvido em Santa Catarina, mas, sobretudo, o compromisso de fortalecer a integração entre todos os corpos de bombeiros militares do Brasil”, disse. “Em um ano tão simbólico para o CBMSC, nosso centenário, assumimos essa função com o propósito de ampliar a cooperação, aprimorar procedimentos e contribuir para a evolução contínua das nossas instituições, sempre com foco maior na proteção da vida”, completou.

Segundo Fabiano, entre os focos de sua gestão estarão a estruturação e o planejamento dos corpos de bombeiros militares para atuação integrada em desastres.

Sicredi **EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA**

FRANCISCO HILLESHEIM, Leiloeiro Público Oficial, inscrito na JUCIS/RS sob n.º 221/2007, e, na Junta Comercial de Santa Catarina AARC n.º 552, faz saber, através do presente Edital, devidamente autorizado pela **SICREDI ALIANÇA RS/SC/ES**, inscrita CNPJ n.º 87.795.639/0001-99, nos termos Cédula de Crédito Bancário n.º C22720564-9, datada de 05/08/2022, de **Reis Construtora e Incorporadora Ltda**, **Christiano de Jesus Reis** e **Nilton Ramos Reis**, que promoverá o público Eletrônico através do portal www.alemaoileiro.com.br, na forma da Lei 9.514/97 e alterações Lei 14.711/23, 1º Leilão: 12/03/2026, às 10:00hs, lance mínimo: R\$ 599.609,25 – 2º Leilão: 19/03/2026, às 10:00 hs, lance mínimo: R\$ 299.804,62 (caso não haja venda no 1º leilão), IMÓVEL: Um terreno designado por área n.º 19, localizado no Condomínio Vilaporé I, aprovado pelo projeto n.º 56.441, situado na Rua das Goiabas, n.º 2.850, Canasvieiras, Florianópolis/SC, matrícula 150.909. E, para que chegue ao conhecimento de todos e não possam alegar desconhecimento do feito é publicado presente Edital de Leilão. A íntegra do edital está disponível no site www.alemaoileiro.com.br. Informações com o leiloeiro pelo fone (54) 99605-0234 / 99626-8585.

GOVERNO DO BRASIL
 DO LADO DO POVO BRASILEIRO

EXÉRCITO BRASILEIRO
 14º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO

MINISTÉRIO DA DEFESA

PREGÃO ELETRÔNICO 90002/2026 UASG:160450

Objeto: O presente Pregão Eletrônico é a escolha da proposta para a aquisição de materiais de consumo e permanente referentes ao PASA (Programa de Auditoria em Segurança Alimentar), conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento. O edital está disponível no site <https://www.gov.br/compras/pt-br> ou presencialmente no endereço Rua Willy Barth, nr 67, Progresso, São Miguel do Oeste - SC, nos dias de expediente de segunda a quinta feira das 09:45h às 16:45h e na sexta - feira das 08:00h às 12:00h. Abertura das propostas 05/03/2026 às 10:00h.

LUIZ FERNANDO CORADINI – Coronel
 Ordenador de despesas do 14º Regimento de Cavalaria Mecanizado



Edital de Notificação

REFERENTE À COBRANÇA DE CRÉDITOS INADIMPLIDOS COM RISCO DA UNIÃO OU FUNDOS PÚBLICOS FEDERAIS, CUJA ADMINISTRAÇÃO ESTÁ A CARGO DO BANCO DO BRASIL S.A., COMUNICANDO A ALTERAÇÃO DE CREDOR, VENCIMENTO DE DÍVIDA E INSCRIÇÃO NO CADIN, DOS CRÉDITOS ADQUIRIDOS OU DESONERADOS DE RISCO PELA UNIÃO, NA FORMA DA MP 2.196-3, DE 24.08.2001.

O Banco do Brasil S.A., conforme autorização concedida por meio da Portaria do Ministério da Fazenda Nº 202, de 21 de julho de 2004, publicada no Diário Oficial da União, de 23.07.2004, NOTIFICA O(S) RESPONSÁVEL(IS) POR OPERAÇÃO INADIMPLIDA DE SECURITIZAÇÃO, ABAIXO RELACIONADO(S), que a não regularização da operação no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data da publicação deste Edital:

- resultará no encaminhamento do crédito não quitado à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, tomando o débito passível de inscrição em Dívida Ativa da União;
- tomará o débito passível de inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do Setor Público Federal - CADIN, nos termos da Lei Nº 10.522, de 19.07.2002.

Comunicamos que o crédito inadimplido, referente à operação abaixo relacionada, foi transferido à União, em 29.06.2001, ao amparo da Medida Provisória Nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001.

Para a realização dos pagamentos devidos e/ou obtenção de informações a respeito das dívidas, o devedor deverá se dirigir à dependência do Banco do Brasil responsável pela condução da operação.

NOME	PARTICIPAÇÃO	Nº OPERAÇÃO
Espolio Joao Frezza	MUTUARIO	261303949

Clayton Rodrigues Da Silva
 Gerente Geral

MINUSA INDÚSTRIAS MECÂNICAS S.A.

CNPJ 81.585.671/0001-63

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2025 Valores expressos em Reais			
ATIVO	dez/25	dez/24	
CIRCULANTE	93.330.521,18	100.058.247,39	
Caixa e Equivalentes de Caixa	275.538,47	1.090.547,06	
Titulos a Receber	5.347.987,90	6.392.773,56	
Impostos a Compensar	9.284.639,78	9.550.992,00	
ICMS IMOBILIZADO	268.622,07	560.405,06	
Estoques	77.913.881,75	82.172.140,75	
Adiantamentos a Fornecedores	108.968,91	70.690,86	
Depósitos Judiciais	23.130,11	23.130,11	
Cambiais a Receber	-	-	
Despesas Apropriadas	107.752,19	197.567,99	
Letras a Receber	-	-	
NÃO CIRCULANTE	29.306.975,33	31.192.272,97	
Veiculos	85.621,25	85.621,25	
Ferramentas	6.650.335,52	6.063.067,85	
Máquinas e Equipamentos	45.066.880,26	44.939.735,97	
Móveis e Utensílios	840.183,81	822.033,81	
Depreciações	(23.336.045,51)	(20.718.185,91)	
TOTAL DO ATIVO	122.637.496,51	131.250.520,36	
PASSIVO+PATRIMÔNIO LÍQUIDO	dez/25	dez/24	
Fornecedores	1.996.494,42	13.777.106,13	
Impostos a Recolher	473.120,07	5.026.649,34	
Salários e Encargos	798.337,64	416.702,66	
Instituições Financeiras	-	844.693,59	
- Giro	3.380.605,60	3.081.701,81	
Financiamentos ao Imobilizado	2.302.117,67	3.336.593,71	
Provisões Legais	993.404,58	1.070.765,02	
NÃO CIRCULANTE	105.542.997,95	106.554.713,20	
Financiamentos ao Imobilizado	1.171.830,77	3.687.998,40	
Instituições Financeiras	-	-	
- Giro	11.052.988,52	10.454.410,48	
Adiantamentos de Clientes	90.426.145,54	89.439.850,04	
Impostos Parcelados	826.533,12	1.076.954,28	
Encargos Parcelados	-	-	
Juros s/ Capital Próprio	2.065.500,00	1.895.500,00	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.147.504,14	10.918.701,03	
Capital Social	7.000.000,00	7.000.000,00	
Reservas de Capital	765.933,65	765.933,65	
Reservas de Lucros	5.378.710,13	2.946.908,70	
Lucro do Período	778.061,68	2.538.222,38	
Prejuízos a Compensar	(6.775.201,32)	(2.332.363,70)	
TOTAL DO PASSIVO + PAT. LÍQUIDO	122.637.496,51	131.250.520,36	

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (REAIS)					
	Capital Social	Reserva de Lucros	Reserva de Capital	Prej. Acum.	Totais
1 - Saldo 31/12/2023	7.000.000,00	3.619.410,19	765.933,65	(3.004.865,19)	8.380.478,65
2 - Prejuízo Diferido	-	-	-	-	-
3 - Lucro Líq. Exercício	-	2.538.222,38	-	-	2.538.222,38
4 - Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	-
5 - Dist. Dividendos Exerc.	-	-	-	-	-
6 - Compensação Prej. Ex.	-	(672.501,49)	-	672.501,49	-
7 - Res. Subversão	-	-	-	-	-
8 - Aumento de Capital	-	-	-	-	-
9 - Prog. Reg. Trib. MP/766	-	-	-	-	-
10 - Outros Ajuste	-	-	-	-	-
Lei/160/17	7.000.000,00	5.485.131,08	765.933,65	(2.332.363,70)	10.918.701,03
1 - Saldo 31/12/2024	7.000.000,00	5.485.131,08	765.933,65	(2.332.363,70)	10.918.701,03
2 - Prejuízo Diferido	-	-	-	-	-
3 - Lucro Líq. Exercício	-	-	-	-	-
4 - Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	-
5 - Dist. Dividendos Exerc.	-	-	-	-	-
6 - Compensação Prej. Ex.	-	0,00	-	-	0,00
7 - Res. Subversão	-	-	-	-	-
8 - Aumento de Capital	-	-	-	-	-
9 - Prog. Reg. Trib. MP/766	-	-	-	-	-
10 - Outros Ajuste	-	-	-	-	-
Lei/160/17	7.000.000,00	5.485.131,08	765.933,65	(6.103.560,59)	7.147.504,14

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 01: CONTEXTO OPERACIONAL: EMPRESA MINUSA INDÚSTRIAS MECÂNICAS S/A inscrita sob CNPJ 81.585.671/0001-63, com sede a Rua Soli Reis, SN, Área Industrial, Lages/SC CEP 88517-900, com natureza jurídica das Sociedades Anônimas, NIRE nº 42300030872 tributada pelo Lucro Real Trimestral, tendo como principal operação a Fabricação e Comércio de Peças para Tratores em geral, para todo o território nacional. **NOTA 02: APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:** As demonstrações contábeis inerentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (comparativas) estão sendo apresentadas em Reais (R\$). A empresa declara expressamente que a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base a Lei nº 11.638/2007, os termos da NBC TG 1000 aprovada pela Resolução do CFC nº 1255/2009 e a ITG 2000 aprovada pela Resolução do CFC nº 1330 de 18 de março de 2011 que trata da Escrituração Contábil. Portanto, atendendo aos termos da NBC TG 1000, a entidade está apresentando o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa, e as Notas Explicativas. A administração da sociedade optou pela contratação de contabilidade própria e declara que as demonstrações contábeis refletem a realidade da empresa em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos do documental remetido para contabilização, respondendo a administração da sociedade, pela veracidade, integridade e procedência. A responsabilidade profissional do contabilista que referenda este conjunto de demonstrações contábeis está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela administração da empresa a este profissional. As demonstrações contábeis do exercício anterior, apresentados para fins de comparação, podem conter reclassificações, quando aplicável, para melhoria da informação e comparabilidade. **NOTA 03: SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:** As principais práticas contábeis na elaboração das demonstrações contábeis levam em conta as características qualitativas e quantitativas conforme determina a NBC TG 1000: Compreensibilidade, Competência, Relevância, Materialidade, Confiabilidade, Primazia da Essência sobre a Forma, Prudência, Integridade, Comparabilidade e Tempestividade, estando assim alinhadas com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A entidade elabora suas demonstrações contábeis usando o regime con-

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO 2025

Valores expressos em Reais	dez/25		dez/24	
VENDA DE PRODUTOS, MERCADORIAS E SERVIÇOS	83.823.700,93	89.766.742,43		
(-) Deduções de Tributos, Abatimentos e devoluções	(16.287.619,97)	(18.788.929,28)		
RECEITA LÍQUIDA	67.536.080,96	70.977.813,15		
(-) Custo Produtos Vendidos	(73.473.328,58)	(67.254.978,81)		
(=) LUCRO BRUTO	(5.937.247,62)	3.722.834,34		
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	(2.473.815,27)	299.140,48		
Despesas Gerais e Adminst.	543.070,38	723.735,37		
Ressarcimentos	(3.360.343,53)	(1.902.405,31)		
Créditos em Liquidações	-	245.148,05		
Variações Cambiais	(101.388,19)	(127.142,65)		
Despesas Tributárias	118.143,00	102.487,36		
Venda do Imobilizado	41.994,82	37.646,89		
Multas	78.694,01	43.815,89		
Depreciações	6.014,24	5.854,88		
Juros s/ Capital Próprio	200.000,00	1.170.000,00		
(=) RESULT. ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	(3.463.432,35)	3.423.693,86		
Receitas Financeiras	199.920,82	54.538,76		
Despesas Financeiras	(217.606,12)	(322.146,93)		
(=) RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	(3.481.117,65)	3.156.085,69		
Programa Part. e Resultado - P.P.R	-	-		
(=) RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	(3.694.259,51)	2.972.929,87		
(-) Contribuição Social	22.348,39	123.603,76		
(-) Imposto de Renda P.J.	54.588,99	311.103,73		
(=) RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	(3.771.196,89)	2.538.222,38		
Reversão Juros Cap. Próprio	200.000,00	1.170.000,00		
(=) RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(3.571.196,89)	3.708.222,38		

jetivo de revisar e ajustar a vida útil econômica estimada para o cálculo de depreciação. Para fins dessa análise, a empresa se baseou na expectativa de utilização dos bens, e a estimativa referente à vida útil dos ativos, bem como, a estimativa do seu valor residual, conforme experiências anteriores com ativos semelhantes, concomitantemente apurou o valor justo desses ativos para a determinação do custo atribuído. Os itens do imobilizado são apresentados pelo método do custo, deduzidos da respectiva depreciação. O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que o fluxo benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do mesmo possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação é reconhecida no resultado baseado-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais parte reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **3.7 Contas a Pagar a Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigadas a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor da fatura. Se o prazo de pagamento for superior a 12 meses ou inferior se relevante, o valor da obrigação a pagar é mensurado pelo custo amortizado aplicando-se o método da taxa de juros efetiva para ajustar a valor presente. **3.8 Empréstimos e Financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetivo que varia de estabelecimentos financeiros conforme contrato bem como os vencimentos, demonstrados a parte nos balanços com os respectivos saldos. **3.9 Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. **3.10 Imposto de Renda e Contribuição Social:** O imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000,00 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o

lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. **3.11 Impostos Parcelados:** Impostos federais parcelados através do programa de recuperação fiscal - REFI, conforme consta registrado na contabilidade. **3.12 Apuração do Resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas. **3.13 Dividendos e os JCP:** Distribuídos aos sócios de acordo com a legislação em vigor, pela participação dos sócios no capital social da firma. **3.14 Reconhecimento das Receitas de Vendas:** A receita de venda de produtos e mercadorias compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização no curso normal das atividades da empresa e é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A receita de venda é reconhecida no momento da entrega física dos bens ou serviços, transferência de propriedade e quando todas as seguintes condições tiverem sido satisfeitas: a) o cliente assume os riscos e benefícios significativos decorrentes da propriedade dos bens; b) o valor da receita pode ser medido com segurança; c) o reconhecimento das contas a receber é provável; e d) os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser medidos com segurança. A receita da prestação de serviço compreende o valor justo da contraprestação recebida. **NOTA 04 - Capital Social** Capital social é R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de Reais), dividido em 7.000.000 de ações ordinárias nominativas sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 (um Real) cada uma.

FERNANDO ERNESTO BRAUER
 TC-CRC(CS) - 6749,
 CPF - ***.274.939-85

MINUSA INDÚSTRIAS MECÂNICAS S.A.
 CNPJ - 81.585.671/0001-63
LÚCIA H. MUNIZ ROSA
 DIRETORA, CPF - ***.867.499-**